

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2023

Elogio Histórico de António Armando Gonçalves Pereira (1901–1983)

JOSÉ LUÍS CARDOSO

1. Na melhor tradição de apresentação de elogios históricos — tradição essa que em boa hora os atuais presidentes das Classes de Letras e de Ciências da Academia das Ciências de Lisboa decidiram manter viva e reanimar — o encargo de quem elogia pressupõe, quase sempre, a existência de uma relação de conhecimento, de cumplicidade académica ou de alguma empatia com o elogiado.

Assim não acontece, porém, no caso presente. Não tive a oportunidade nem o prazer de conhecer pessoalmente Armando Gonçalves Pereira. E o conhecimento que, entretanto, pude fazer do seu percurso e do seu legado não permitem identificar afinidades eletivas escondidas.

Ao contrário do que aconteceu com António Manuel Pinto Barbosa e Manuel Jacinto Nunes — os mais recentemente desaparecidos detentores de cadeiras atribuídas à secção de economia e finanças — de quem conservo, não apenas os testemunhos de muita amizade e saudável convivência intelectual, mas também o profundo respeito pelas contribuições decisivas que ambos deram para o fortalecimento e consolidação das ciências económicas e financeiras em Portugal, não ocorreu a ocasião de cruzar o percurso de vida e a carreira académica e cívica de Armando Gonçalves Pereira.

Apesar do involuntário desencontro, gostaria de honrar a obrigação estatutária de cumprimentar, para a posteridade, o antecessor ocupante de uma cadeira que ficou vaga há 32 anos. Por ela também passaram Bernardino Machado e Francisco António Correia, autores de obra académica e carreira política de superior qualificação.

Mas porque os méritos em reconhecimento são, acima de tudo, os de uma instituição que sabe honrar os seus membros, não posso deixar de assinalar que também esta cadeira acolhe no seu assento, como supranumerário e honorário, o nome do presidente Mário Soares que, por destino e boa sorte,

me cumpre também saudar, envolvendo nesta evocação o respeito maior que esta cadeira pode suscitar.

2. António Armando Gonçalves Pereira nasceu em Pangim (Nova Goa) em 22 de janeiro de 1901, e morreu em Lisboa em 30 de janeiro de 1983. Licenciou-se em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e em ciências económicas e financeiras no Instituto Superior de Comércio, que frequentou entre 1921 e 1928. Em 1928 concluiu provas de acesso à carreira da magistratura. Ainda no final da década de 1920 frequentou a Academia de Direito Internacional de Haia e estagiou nas faculdades de direito de Aix-en-Provence e Roma.

Doutorou-se em 1932 em ciências geográficas e históricas na Faculdade de Letras da Universidade de Toulouse com um estudo geográfico sobre as vinhas de Portugal (*Les vignobles du Portugal: étude géographique*).

No papel timbrado da sua correspondência inscrevia os títulos de professor da Universidade Técnica de Lisboa, consultor jurídico da Associação Comercial de Lisboa e advogado (com escritório à Travessa do Carmo). Desempenhou cargos na administração de diversas empresas e foi vogal de diversas comissões de âmbito público (Comissão de Propaganda e Turismo, Comissão Técnica de Estudos Económicos, do Conselho do Comércio Exterior e do Conselho Técnico de Expansão Económica do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Conselho Superior da Indústria do Ministério da Economia; Conselho Superior de Tarifas de Portos do Ministério das Obras Públicas; Comissão Revisora de Pautas Coloniais do Ministério das Colónias; Conselho Superior de Instrução Pública e Comissão de Seleção de Livros Escolares para o Ensino Técnico do Ministério da Educação).

Foi procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo entre 1961 e 1965, redigindo 6 curtos pareceres sobre matérias relacionadas com autorizações de receitas e despesas e também sobre aspetos de política colonial (designadamente sobre a questão da anexação de Goa pela União Indiana).

O essencial da sua carreira académica decorreu no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa. Foi nomeado assistente em 1929 (ainda no Instituto Superior de Comércio), e

obteve o lugar de professor catedrático em 1934, após provas públicas de concurso a que se submeteu com um trabalho sobre *A economia do mar*. Foi diretor deste Instituto entre 1944 e 1968. O seu mandato ficou marcado pela aprovação da reforma curricular de 1949, que se ficou a dever à visão e ação de António Manuel Pinto Barbosa. Assumiu posições políticas de indiscutível adesão ao regime e ao ambiente de limitação do exercício da liberdade académica, designadamente quando promoveu a expulsão de professores opositores a Salazar (como foi o caso mais conhecido de Bento de Jesus Caraça) ou quando tentou impor dificuldades à publicação de uma revista científica de economia (*Revista de Economia*), que contrariava a visão oficial e canónica dos *Anais do ISCEF*.

3. Armando Gonçalves Pereira foi eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa em 8 de março de 1934, sob proposta subscrita por Bento Carqueja, Francisco António Correia, Moses Amzalak e Pedro Pitta. A sua eleição para sócio efetivo ocorreu em 13 de novembro de 1941, proposto por Fernando Emídio da Silva, Pedro Pitta e Cunha Gonçalves.

O Arquivo da Academia regista os seguintes cargos académicos:

- Representante da Academia na Conferência da ONU sobre conservação de recursos naturais, em 1949;
- Tesoureiro, em 1954;
- Vice-secretário da Classe de Letras, em 1964, 1965 e 1970;
- Comissão revisora de contas, em 1966;
- Membro do júri dos prémios Ricardo Malheiros e Abílio Lopes do Rego, em diversas edições.

Apresentou diversas comunicações ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960, às quais me referirei em breve.

Fez o elogio do seu antecessor (Francisco António Correia) em 24 junho de 1948, com algum atraso em relação ao ano previsto (1942). No seu elogio, destacou os principais momentos da carreira pública do homenageado no Ministério dos Negócios Estrangeiros e procedeu a uma análise objetiva dos seus principais escritos nos domínios da política económica internacional, da história económica e da tratadística comercial (Pereira, 1948b).

Ainda no que se refere à sua ligação académica, cumpre referir a doação feita por sua viúva, Viviane Delaunay Gonçalves Pereira, em julho de 1988, da quantia de 5000 contos destinada à instituição de um prémio “Armando Gonçalves Pereira”, a conceder em 10 edições sucessivas no montante de 500 contos por edição, para trabalhos sobre economia do mar. O regulamento do prémio só viria a ser publicado em 1991 e, a avaliar pela correspondência mantida entre a viúva e os dirigentes da Academia, nunca chegou a ser convenientemente dinamizado. Atendendo à relevância que esta temática assume nos dias de hoje, creio estar aberta uma oportunidade para se repor a boa intenção de instituir este prémio.

Foi também membro da Sociedade de Geografia, sócio efetivo da Sociedade de Economia Política de Paris (1947) e membro do Instituto de Economia Internacional da Universidade de Génova.

4. Os escritos que nos deixou são sobretudo resultado de conferências que produziu no país e no estrangeiro, sobre temas de doutrina e política económica, ou ainda pequenos estudos monográficos sobre sectores de atividade mais relevantes. Podem ser divididos nas seguintes categorias fundamentais:

- Estudos de geografia económica;
- Estudos sobre problemas demográficos;
- Estudos económicos e políticos sobre a expansão e colonização portuguesa em África (muito marcados pelo tom apologético do império e apelo patriótico à sua manutenção);
- Estudos sobre temas de política económica e industrial.

Relativamente à primeira destas categorias (geografia económica) nela se inserem as duas obras resultantes de provas de natureza académica. A sua dissertação de doutoramento (Pereira, 1932) foi dedicada à descrição das regiões de viticultura em Portugal (sul, centro, norte-vinho verde, Porto e Madeira), destacando a importância das condições naturais, clima (temperatura e precipitação) e qualidade dos terrenos, para a afirmação da qualidade superior das vinhas portuguesas. Distingue os resultados da produção vitivinícola tendo em atenção os mercados de destino, privilegiando os

incentivos à produção destinada ao mercado externo. Neste mesmo sentido publicou 2 anos mais tarde um ensaio promocional da marca regional Porto, enaltecendo o caso singular da região vitivinícola do Douro pelas potencialidades naturais do solo e clima e pela comprovada vocação exportadora (Pereira, 1934b).

Nesse mesmo ano de 1934 havia publicado uma longa monografia sobre outra das suas incursões mais persistentes na área da geografia económica: a economia do mar (Pereira, 1934a). Foi esse o tema da dissertação de provas públicas para professor catedrático no ISCEF, espraiando-se demoradamente sobre a importância económica e política do mar na história portuguesa e sobre as principais atividades económicas conexas (produção-pesca e circulação-portos), sem esquecer o entendimento geral do mar como fator de unidade política e unidade geográfica e, de um modo geral, sobre a relevância geopolítica e geoestratégica do mar no tempo presente.

5. Não obstante estas facetas de autor de monografias económico-geográficas e de articulista em domínios de economia descritiva, Gonçalves Pereira iniciou a sua carreira num campo de feição teórica. Com efeito, em 1923, ainda cursando direito e economia na Faculdade de Direito e no Instituto Superior de Comércio, publicou o primeiro de 3 artigos sobre a “Variação dos preços” (publicados mais tarde em separata, Pereira, 1925).

A guerra de 1914–18 tinha alterado profundamente as condições de organização da produção, penalizando fortemente as expectativas em relação ao futuro. Assistia-se a um clima de quebra de paz social. O problema não estaria no conflito entre trabalho e capital, mas sim entre produtores e consumidores, devido sobretudo às condições adversas dos preços e à carestia de vida. A matéria era suficientemente importante para suscitar estudos académicos que ajudassem a encontrar soluções adequadas. Salazar havia escrito sobre o tema da crise de subsistências e muitos outros autores da época tinham seguido o seu exemplo.

Sendo a carestia de vida uma questão crucial do tempo, o autor procura legitimar desta forma a sua incursão na matéria da formação dos preços, revisitando as diversas explicações assentes ou decorrentes de uma

explicação que, em última análise, fazia depender o preço da articulação entre oferta e procura, não obstante o peso determinante do lado da oferta.

Procede a uma apresentação esboçada da abordagem do preço de equilíbrio presente nas contribuições de Walras e Pareto, autores que elogia pelo rigor do método matemático de que fazem uso. E acrescenta a este elogio uma crítica direta a Marnoco e Sousa e à forma como este professor de economia política da Universidade de Coimbra havia subalternizado as contribuições da escola de Lausanne. Analisa o conceito de curva de indiferença, e sua representação gráfica, e discute as condições de equilíbrio na troca entre dois consumidores mediante recurso a uma caixa de Edgeworth.

Mas a secção mais longa desta série de artigos é dedicada à explicação da construção de números-índice e sua importância para uma abordagem comparativa da evolução dos preços. O que faz de forma detalhada, comparando a variação do custo de vida em diversos países.

Também discute a teoria quantitativa da moeda de Fisher e suas variantes “francesas”, como fórmula explicativa da variação dos preços em função da quantidade de moeda em circulação. Não deixa de considerar também as explicações que continuavam a fazer prevalecer o equilíbrio entre oferta e procura. Mas não trata questões essenciais que a teoria económica neoclássica de matriz Marshalliana já havia esclarecido de forma definitiva, designadamente o modo como os diversos tipos de mercado (concorrência perfeita, imperfeita, monopólio, duopólio, etc.) e o fator tempo (curto, médio e longo prazo) interferem na determinação do preço de equilíbrio.

Para Gonçalves Pereira bastava-lhe a seguinte conclusão generalista:

Desta forma, o preço deixa de ser um fenómeno sujeito exclusivamente ao império das leis económicas para ser considerado, em síntese, a resultante de variações de diversa ordem — económicas, financeiras, políticas, sociais, morais, — que nele diretamente influem.

Sob este ponto de vista, pode-se dizer que a alta do preço é, por assim dizer, o sintoma geral da situação patológica de um país. Especialmente as suas relações com a rigidez dos principais órgãos da vida económica é manifesta (Pereira, 1925, p. 362).

6. Apesar do carácter de divulgação teórica, Gonçalves Pereira não perde oportunidade para expressar no artigo inaugural as suas opções ideológicas e políticas, na altura ainda jovem estudante de 22 anos. Tratando-se de matéria relevante na perspetiva da discussão da paz social na Europa, demonstra a sua inequívoca admiração por Mussolini, pela forma como conseguiu desenvolver um conjunto de medidas de controlo dos preços em Itália, a fim de garantir a paz social. E declara:

O fascismo tem exageros próprios de todos os movimentos ditatoriais, mas é inegável que tem também aspetos interessantes, diremos mesmo de uma verdadeira e sadia política dirigente (*Revista do ISC*, 1923, IX, pp. 251-252).

Foi ainda neste período de juventude que Gonçalves Pereira publicou um segundo ensaio sobre temas económicos, desta vez centrado na problemática demográfica (Pereira, 1926), matéria que viria a ocupar demoradamente a sua energia intelectual. Para além dos estudos quantitativos, tradicionalmente abordados nos trabalhos sobre população, o autor preocupa-se neste ensaio com a dimensão qualitativa.

Inclui reflexões sobre o modo como o regime alimentar influencia a qualidade do trabalho prestado, o que lhe serve de pretexto para incursões estatísticas no domínio da antropologia física (peso e estatura e perímetro torácico — capacidade respiratória), fundamentais nos processos de recrutamento militar. Socorre-se dos estudos antropométricos de Mendes Correia e de Aurélio da Costa Ferreira, entre outros.

A ideia básica que procura desenvolver é a de que o estudo das condições fisiológicas permite conhecer melhor as condições de resposta às exigências do trabalho e à prevenção da fadiga. Ou seja, têm implicações de carácter económico e social, tendo em atenção as condições de prestação do trabalho, permitindo introduzir adaptações e processos de seleção que garantam racionalização e eficiência acrescidas. Neste contexto explicativo, não deixa de tecer algumas considerações sobre a importância dos conhecimentos fisiológicos para a prevenção de doenças que possam afetar o rendimento dos trabalhadores.

Dez anos mais tarde voltaria ao mesmo tema, desta vez para proceder a uma apreciação sumária do significado histórico da obra de Malthus,

convicto de que “a análise dos economistas clássicos pode vir a trazer noções utilíssimas, ideias oportunas, talvez até teorias novas, aos economistas da atualidade” (Pereira, 1936, p. 18).

Apresenta o essencial do raciocínio malthusiano que submete ao juízo crítico que a história permitiu formular, nomeadamente no que se refere à não verificação das suas previsões catastróficas sobre o crescimento demográfico. Afirma, de forma convicta, a sua oposição a quaisquer políticas neo-malthusianas de controlo da natalidade, justificando a importância do crescimento da população e da mobilidade demográfica.

Todavia, se opta claramente pela não existência de restrições quantitativas, também claramente revela a sua simpatia por concepções eugenistas que impunham limitações qualitativas com vista à defesa da raça, aplaudindo os movimentos eugenistas do regime fascista italiano e da Alemanha nazi, “evitando-se a reprodução de seres verdadeiramente inferiores que constituem um peso morto para a sociedade, inúteis para eles próprios e para os que os lançaram ao mundo” (*ibid*, pp. 44-45).

Era este o ar do tempo que envolvia em raciocínios deste calibre representantes diversos do espectro político, no qual Gonçalves Pereira não resiste a expressar o seu ponto de admiração. As temáticas demográficas voltariam a mobilizá-lo em diversas outras conferências, sempre interessado na valorização física do povo português à luz de critérios científicos, fixando uma terminologia pouco usual na época, quando afirma que: “Não há riqueza económica que possa exceder na vida de uma nação o valor do capital humano” (Pereira, 1938, p. 115). Os mesmos argumentos de valorização das condições qualitativas de existência da população portuguesa estão presentes noutros textos da mesma época, nos quais insiste na necessidade de acudir à resolução dos problemas, não apenas alimentares, mas também habitacionais (casas económicas e crédito à habitação).

7. Outra matéria em que demonstrou visão atenta, na perspectiva do aconselhamento de decisores políticos, diz respeito ao modo como analisa a função da indústria na economia nacional (título de uma conferência que proferiu, em 1942, na Associação Industrial Portuense).

Nesse texto, constata a insuficiência e atraso da indústria portuguesa, por razões e vicissitudes ancestrais explicadas de forma algo dúbida: “a falsa posição em que se tem encontrado a indústria portuguesa perante a nossa mentalidade económica” (Pereira, 1942, p. 7).

No difícil contexto de guerra, reconhece inevitáveis as medidas de proteção associadas ao condicionamento industrial. Mas aponta caminhos que permitam fortalecer o tecido industrial, demonstrando alinhamento pleno com as orientações sustentadas por Rafael Duque e Ferreira Dias, nomeadamente:

- Melhoria no sistema de aprendizagem e ensino técnico industrial;
- Conhecimento reforçado e investigação aplicada através da criação de gabinetes, laboratórios e estações experimentais, que permitam um melhor aproveitamento dos recursos e matérias-primas;
- Desenvolvimento (pelo Estado) da energia hidroelétrica;
- Reforma e modernização das instalações industriais;
- Forte articulação com as atividades de promoção comercial;
- Incentivos fiscais à exportação.

A sua visão sobre a articulação destas medidas de política industrial e comercial pode ser resumida no seguinte lema:

Conseguir pela reorganização das indústrias um melhor rendimento económico dessas indústrias, que permita a melhoria dos salários, a qual, aumentando o poder de compra, venha elevar a capacidade geral de consumo (Pereira, 1942, p. 16).

Três anos mais tarde, numa antevisão do estado da economia internacional no pós-guerra, reafirma as potencialidades de uma economia nacional favorecida pelo seu lugar estratégico na comunicação entre continentes unidos pela “universalidade da vida económica” (Pereira, 1945, p. 3) e revela maior apetência de aceitação das virtudes de abertura moderada ao exterior, consciente que estava da insustentabilidade do protecionismo aduaneiro e do condicionamento das atividades industriais, sem as quais o desenvolvimento seria pura miragem.

É interessante notar que, a par das suas recomendações de modernização da indústria e de aumento da capacidade de produção e distribuição de energia hidroelétrica, Gonçalves Pereira insistia com especial atenção na dimensão social das reformas que urgia promover, visando melhorias no sistema de justiça social. Neste sentido, a elevação do poder de compra das classes pobres através de ganhos salariais controlados, assim como o alargamento do quadro de necessidades de consumo, também impunham medidas como o combate ao analfabetismo, a melhoria das condições de habitabilidade, os programas de assistência e previdência, o desenvolvimento de programas de saúde pública para prevenção da tuberculose e a melhoria do regime alimentar visando um robustecimento das classes trabalhadoras.

Gonçalves Pereira regressava assim, fechando o círculo, à sua visão integradora de problemas económicos, inseparáveis da política e da demografia.

8. Procurou também proporcionar enquadramento microeconómico da organização industrial, olhando com atenção propedêutica para os problemas da economia da empresa. Para além da definição e caracterização de âmbito jurídico e económico de diversos tipos de empresa numa economia capitalista, Gonçalves Pereira apresenta considerações gerais sobre princípios de organização e racionalização empresarial e sobre as diversas esferas em que se definem os papéis e serviços de gestão (comercial, contabilística, financeira, etc.). Discute as relações entre empresa e Estado e o modo como a política económica pode favorecer o estabelecimento e desenvolvimento empresarial. Finalmente, aborda questões relativas à distribuição de dividendos e à função social da empresa, parecendo afastar-se da lógica corporativa em que estes problemas eram habitualmente discutidos na época em Portugal. Foi na literatura económica francesa (François Perroux, Gaetan Pirou, Emile James, entre outros) que encontrou fonte de inspiração para as suas reflexões bem sistematizadas.

9. Os temas da política colonial, quase sempre associadas ao enaltecimento da epopeia e da gesta da expansão, foram objeto recorrente em muitas intervenções e conferências na Academia das Ciências de Lisboa, no ISCEF, na Sociedade de Geografia e em alguns encontros universitários

no estrangeiro. Na impossibilidade de referir a globalidade dos seus escritos de circunstância sobre tais temas, permito-me destacar uma palestra que proferiu ainda no rescaldo da deliberação da ONU de 1949 relativa à verificação das condições de qualquer território sob administração colonial poder vir a alcançar a sua autonomia política e administrativa. Apesar de Portugal não se sentir obrigado a acatar uma resolução da ONU, da qual não fazia parte, Gonçalves Pereira considera que o essencial seria argumentar a favor de uma diferente solução, obviamente aplicável ao caso português:

A questão põe-se, portanto, em saber se, uma vez verificada a aptidão de certos territórios para se administrarem por si próprios, justifica-se em relação a todos, o caminho da emancipação e da separação, ou se não será para eles mais vantajoso o sistema de associação, da integração e da unidade (Pereira, 1951, p. 9).

10. A concluir este trajeto pelo legado de Armando Gonçalves Pereira, gostaria de destacar dois pequenos textos que dedica a matérias de vocação intemporal. O primeiro refere-se às relações entre a economia e a moral, à definição do fim último do sujeito económico, tendo como pretexto as contribuições das encíclicas papais para o enquadramento e compreensão do mundo contemporâneo (Pereira, 1951).

O segundo, a propósito da interdependência entre o fator económico e o fator cultural, explica a missão que compete às universidades promover, considerando a relevância do investimento público no sector educativo:

Os investimentos que o Estado realize para fins educativos não constituem meras despesas improdutivas, mas terão alto carácter reprodutivo porque modificarão a estrutura económica (Pereira, 1948a, p. 12).

Foram considerações intemporais sobre a relevância da função universitária e a falta de financiamento no sector, em sessão de abertura de ano académico no ISCEF. Apesar de ocasionais e soltas, estas reflexões devolvem-nos uma imagem de Armando Gonçalves Pereira mais fiel a um percurso

académico que ficou em larga medida subalternizado, perante o imperativo da vocação dirigente de um paladino do regime.

Gonçalves Pereira pode não ter alcançado a glória suprema no panteão dos economistas portugueses que atravessaram o século xx. Mas cruzou o tempo em que viveu com o testemunho conformado de quem cumpriu a missão que lhe era exigida.

Assim o homenageamos agora, neste retrato que procurou destacar as contribuições que melhor ilustram a relevância da sua carreira pública, que também foi de serviço a esta Academia.

(ELOGIO HISTÓRICO APRESENTADO À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 28 DE MAIO DE 2015)

REFERÊNCIAS

- Pereira, A., A variação dos preços. *Revista do Instituto Superior de Comércio de Lisboa*. 1925.
- Pereira, A., Estudos qualitativos da população – A valorização económica do Português. *Revista do Instituto Superior de Comércio*, XIV-XV. 1926.
- Pereira, A., *Les vignobles du Portugal*. Toulouse. 1932.
- Pereira, A., *A economia do mar*. Lisboa. Sociedade Nacional de Tipografia. 1934a.
- Pereira, A., O elemento geográfico na defesa da marca regional do Porto. *A Terra*. Coimbra. 1934b.
- Pereira, A., As novas exigências da economia política. *Economia e Finanças. Anais do ISCEF*, Vol. III, 5-23. 1935.
- Pereira, A., *As doutrinas de Malthus e as questões demográficas da atualidade*. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. 1936.
- Pereira, A., *Os problemas essenciais da população portuguesa*. Lisboa. Academia das Ciências de Lisboa. 1938.